

CAPÍTULO 11  
**Comunidades Eclesiais de Base**

Segundo Dulcinéia Santos e Luciane Gonçalves (2013), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgiram no Chile nos anos de 1960 e chegaram ao Brasil no fim da mesma década. Elas se baseiam em encontros para a leitura das sagradas escrituras juntamente a ações de luta contra as opressões. Frei Betto (1986, p. 7) define com precisão essas associações:

As comunidades eclesiais de base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEBs podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto.

Santos e Gonçalves (2013) entendem tais comunidades como movimentos sociais e mostram o modo como elas influenciaram o caráter crítico e combativo dos seus participantes. Sua organização se deu a partir de duas frentes: a de uma mudança de posicionamento em setores da Igreja Católica a partir do Concílio do Vaticano de 1966 e, sobretudo, a da organização de diversas iniciativas no Brasil, entre 1960 e 1964, voltadas à educação e à alfabetização popular. Ainda que apresentassem conflitos em relação a algumas ideias, esses movimentos possuíam grande afinidade no que dizia respeito a tomar o saber como veículo de emancipação política, quais sejam: a União Nacional dos Estudantes (UNE), o

Centro Popular de Cultura (CPC), o Movimento de Cultura Popular (MCP) e o Movimento de Educação de Base (MEB).

Contudo, a prática que mais influenciou o surgimento das CEBs foi a Ação Popular (AP), composta por pessoas ligadas a posturas progressistas dentro da Igreja Católica, objetivando alfabetizar e conscientizar politicamente os setores populares da sociedade brasileira (SANTOS; GONÇALVES, 2013). Em um momento em que a sociedade do país vinha sendo pressionada por relações de exploração capitalistas, as ações populares mobilizavam diversos grupos católicos<sup>20</sup> para alfabetizar as camadas populares, a fim de preparar seus membros para conseguirem ocupações mais bem remuneradas. A teologia da libertação, que informava teórica e metodologicamente tais práticas, surgiu no Peru, especialmente, como reação moral à pobreza originada das injustiças sociais, posicionando-se religiosa e socialmente no sentido de romper a exploração das massas.

As ações populares foram criadas a partir de ações de políticos de esquerda, sindicalistas, estudantes (universitários e secundaristas) e movimentos sociais de fiéis progressistas vinculados à Ação Católica. Segundo Santos e Gonçalves (2013), o movimento foi inspirado pelas ideias humanistas e existencialistas do Padre Lebrecht, Jacques Maritain e Teilhard de Chardin. Naquele que ficou conhecido como o documento fundante, de 1963, a AP se define como um movimento que luta por uma sociedade equânime e que condena o capitalismo. Oprimidos pelo contexto político do Brasil, diversos

---

<sup>20</sup> Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Agrária Católica (JAC) e Juventude Universitária Católica (JUC).

militantes de movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970, aliados a novos atores sem bagagem associativa anterior, deram início a inúmeras frentes de lutas e articulações, fundando organizações e liderando movimentos sociais.

No bojo dessa movimentação, estruturas tradicionais se renovavam, como os sindicatos, as associações de trabalhadores e a Igreja Católica. Conforme Gohn (1997), as práticas desses setores da Igreja Católica buscavam estimular a sociedade a lutar de forma unificada contra a opressão, livrando-se dos temores e da passividade e vislumbrando a liberdade. As comunidades eclesiais de base eram compostas por pessoas simples e, na maioria, por moradores das periferias das cidades, que eram, em grande parte, analfabetos. Entretanto, o conhecimento desses sujeitos era visto como fundamental por parte dos articuladores do movimento. As CEBs, então,

[...] são comunidades porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares), donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana, na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares. Há também comunidades indígenas (BETTO, 1986, p. 7).

Essas comunidades também sempre contam com moradores das áreas mais centrais dos centros urbanos, alguns dos quais possuíam melhores níveis de escolaridade e até mesmo formação universitária. Assim, não era incomum a participação de bancários, funcionários públicos especializados, professores, dentistas, médicos e pequenos comerciantes nessas organizações, agregando conhecimentos diferenciados à luta e fazendo uma ponte entre as camadas populares e as classes médias das cidades.

De fato, de acordo com Leonardo Boff (1996, apud SANTOS; GONÇALVES, 2013), as CEBs constituíam a prática da libertação popular via religião, seguindo como teoria a teologia da libertação. Isso sugere que essas comunidades eclesiais eram francamente alicerçadas nas perspectivas crítica e dialética, uma vez que pressupunham que toda práxis continha, em si, uma teorização correspondente e vice-versa, e que toda teorização deveria se fundar na prática, na transformação do social. Mesmo enfraquecida pelo neoliberalismo, pelo neopentecostalismo evangélico conservador e pelo individualismo que assolou o Brasil nas primeiras décadas do século XXI, a teologia da libertação continuou a defesa da educação popular que valoriza o saber dos mais humildes, uma vez que seus processos educativos são voltados para a conscientização e objetivam dignificar os oprimidos e libertá-los da exploração econômica.

É uma educação que busca, também, a prática da vida em coletividade, na partilha e no mutirão. A construção ou reforma de casas e a plantação de “rocinhas” comunitárias para a doação de produtos de subsistência, por exemplo,

são práticas que visam exercitar o espírito comunitário entre os membros. Outra prática que educava, mesmo que não intencionalmente, era a participação de alguns membros em encontros nacionais, de onde eram trazidos cartilhas e ensinamentos para a comunidade toda. As informações constantes nessas cartilhas podem ser vistas como uma espécie de currículo voltado para a denúncia da opressão e para a tomada de consciência acerca do fato de que os pobres e excluídos são, também, sujeitos dignos de direitos diversos. Outra prática comum que incitava a produção própria do grupo, assim como a alfabetização dos que não sabiam ler e escrever, era a elaboração de novenas, rezas e cânticos religiosos por parte dos próprios integrantes. Em tais produtos, era comum abordar temáticas caras aos problemas vividos por eles, como o abandono dos estudos em função do trabalho, a gravidez na adolescência, o êxodo rural etc.

Sendo assim, a partir dessas leituras diferenciadas que as CEBs faziam da realidade e do evangelho, percebem-se as mensagens sociais no sentido de uma sociedade mais justa e fraterna, em que todos podiam usufruir da produção coletiva. Portanto, todas essas contribuições das CEBs mostram, indubitavelmente, que esse movimento popular possibilitava modos de educação informal aos participantes, em que os indivíduos desenvolviam, progressivamente, uma visão mais abrangente da realidade e adquiriam, paulatinamente, conhecimentos novos e consciência política que iam além daqueles restritos à educação formal e que, para a maior parte daquelas pessoas, limitava-se à capacidade de ler, escrever e calcular (SANTOS; GONÇALVES, 2013).

Em outros termos, as CEBs ensinavam os sujeitos a pensar em si. Acreditavam que o evangelho ensinava às pessoas que Deus fez um mundo no qual o que há nele pertence a todos e que a desigualdade não é algo desejado por Deus, de modo que, quando ela existe, é porque alguns poucos estão tirando dos outros, ou seja, da maioria. Mesmo não possuindo uma bandeira partidária, as CEBs tinham uma clara diretriz de luta e do ideal em que acreditavam: unidos, seriam capazes de vencer os obstáculos socioeconômicos e cotidianos. Nos anos da ditadura militar, os participantes entrevistados por Santos e Gonçalves (2013) relataram que, nas reuniões e manifestações públicas do movimento, agentes federais estavam presentes, intimidando a comunidade e coibindo a discussão de determinados temas.

Setores da Igreja Católica apoiavam a ditadura militar, e a teologia da libertação, por estar voltada e comprometida com as comunidades populares e com o povo mais humilde, era vista como transgressora e “subversiva”. Os padres, vigários e bispos da teologia da libertação enxergavam o mundo a partir do ponto de vista dos oprimidos, não das classes dominantes, iniciando toda uma trajetória, pensando e atuando com base na perspectiva das classes subalternas, considerando outras visões sobre a realidade. Vulnerabilidade socioeconômica, conforme os teóricos dessa teologia, era a ferramenta que as elites hegemônicas utilizavam para enfraquecer e fragmentar os grupos de lutas sociais. Por intermédio do assistencialismo, tentavam incutir a crença de que tais grupos não seriam capazes de sobreviver sozinhos. Assim, ONGs com viés neoliberal introduziram políticas de

compensação, que, no final das contas, contribuíram para a permanência do *status quo*.

Conforme Santos e Gonçalves (2013), a educação não escolar desses movimentos sociais assume uma postura crítica e altamente formadora, na medida em que conscientiza e contribui de forma humanizada para que os indivíduos se libertem das amarras da opressão. É uma luta coletiva, jamais individualista ou individualizadora. Em razão disso, as pesquisadoras advogam que as instituições escolares devem contar com profissionais sensíveis aos saberes e às demandas dos movimentos sociais. Esse é o caso, por exemplo, da figura do(a) educador(a) social/popular, comprometido(a) e engajado(a) com as causas sociais, embora não precise ser, necessariamente, militante ou ativista.

Ainda que não possua formação acadêmica, o educador social é alguém com amplo conhecimento comunitário e crítico, relacionado, em especial, ao grupo com o qual pretende atuar. Ao lado de outros profissionais – técnicos e assistentes sociais –, integra um grupo de trabalho voltado à intervenção para a melhoria da realidade daqueles sujeitos (SANTOS; GONÇALVES, 2013). As CEBs gestaram muitos(as) educadores(as) sociais que foram contra o discurso economicista convencional, que incentivou o individualismo e a competitividade ao invés da cooperação, desviando o olhar do passado para o futuro apenas. Com efeito, as lutas populares eram vistas como uma ameaça aos poderes instituídos, já que os oprimidos organizados em coletivos adquirem poder. Por isso, a conscientização era vista como uma perigosa arma.



Segundo descreve Frei Betto (1986), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se guiam metodologicamente pela tríade ver-avaliar-agir. Seja em um casebre de favela, uma casinha de uma vila operária, na choupana de um lavrador ou na casa paroquial de uma igreja, os sujeitos discutem problemas recorrentes em suas realidades comunitárias, domésticas e/ou profissionais – as horas extras na fábrica, a violência no lar, o desemprego, o alcoolismo etc. As discussões são desencadeadas pelo coordenador e/ou educador ao perguntar aos participantes como passaram a semana. Essa etapa é concebida como o “ver”.

Ao redor dos temas principais, a reunião começa. Segue-se o “avaliar” e surgem perguntas como: “de que modo Jesus agiria em determinada situação?” e “como se deve agir?”. Essa fase da dinâmica coletiva é ligada diretamente ao Evangelho. Geralmente, alguém indica uma passagem do Novo Testamento como uma parábola similar à situação discutida. O encontro, então, entra na terceira fase, a do “agir”. Planeja-se, sempre coletivamente, a forma concreta de enfrentar o problema, seja um mutirão para ajudar a colheita de alguma lavoura, a elaboração de um abaixo-assinado para reivindicar uma rede de esgoto ou uma vaquinha para ajudar a comprar uma cadeira de rodas para alguém com problema de saúde – permanente ou passageiro.

Apesar dessa descrição unívoca, Frei Betto (1986) salienta que o método desses encontros nunca é linear, que não estão separados uns dos outros e, dialeticamente, comportam elementos do momento seguinte, sendo que o fechamento do ciclo, a ação, conta também com a visualização (o “ver”),

posto que se imagina como se concretizarão as ações e/ou são enxergadas as reais conquistas e/ou limitações das medidas tomadas na prática. Nesses termos, o ver já contém elementos do julgar e este, por sua vez, já apresenta fatores próprios do agir. Esses grupos seriam, então, aristotelicamente políticos, nos dizeres do autor, ao adotarem uma metodologia que é parte do real. Sob o ponto de vista pastoral, a dualidade entre fé e vida é borrada, a partir da doutrina que reduz o sujeito cristão ao domínio intelectual. A verdade não é revelada metafisicamente, mas apreendida do Evangelho à luz da realidade, que é, então, modificada à vista da palavra (teoria).

Sendo lugar de manifestação da fala dos oprimidos, emerge nas CEBs a consciência crítica coletiva e o questionamento do ordenamento social e econômico injusto. Com efeito, elas são altamente políticas, não no sentido partidário ou das estratégias formais eclesíásticas e convencionais – mediatizadas em prol do Estado burguês pela escola, pela mídia, pelas religiões conservadoras etc. – mas no sentido pastoral libertador do cristianismo primitivo (BETTO, 1986). Assim, as ações das CEBs se dão de maneira “intra-eclesial” – nas celebrações das missas, festas e liturgias, rituais, catequese, sacramentos, estudos bíblicos etc. – e “extraeclesial” – na vinculação de seus membros às lutas populares no campo e no meio urbano.



**Figura 11:** Encontro das Comunidades Eclesiais de Base da Região de Goiás

Fonte: Flickr/Mauro Rubem.<sup>21</sup>

Diversas comunidades empregam os círculos bíblicos como um recurso metodológico. Eles consistem em folhetos em linguagem popular, mais visual do que conceitual e mais concreta do que abstrata, como as parábolas do Evangelho, em que os acontecimentos da vida são contrastados aos fatos da Bíblia. Com isso, a comunidade tem a experiência de estar, coletivamente, escrevendo sua própria história, sem deixar de lado suas dimensões transcendentais, já que a fé coletiva deixa a realidade transparente em termos do que é vivido pela maioria. O povo excluído, então, passa a compreender o caráter relativo e contingencial do *status quo*, isto é, entende que a pobreza, a violência e a exploração não são desígnios divinos, mas se referem às dimensões sociais, políticas, econômicas e históricas, e chegam, assim, às raízes verdadeiras dos males que os acometem. Por meio dos textos

---

<sup>21</sup> A imagem pode ser acessada no *link*: [bit.ly/Encontro-CEBS-Goiias](https://bit.ly/Encontro-CEBS-Goiias).

bíblicos, a comunidade emerge para a consciência acerca da sua situação sócio-histórica.

Desse modo, os sujeitos dos meios populares podem tomar nas suas mãos a direção de suas vidas coletivas e, nesse desiderato, as CEBs contribuem com a formação de lideranças surgidas no seio do seu duplo trabalho: a evangelização aliada à ação coletiva. Tais lideranças, membros da própria comunidade, mediam as relações dos agentes pastorais (educadores sociais, párocos etc.) com seu grupo de origem. Um dos indicadores de que a coletividade está caminhando com as próprias pernas e pensando a partir da perspectiva de sua própria vivência é o fato de que, caso ele se afaste do grupo, este continuará ativo no caminho da autodeterminação e da ação grupal. Há que se sublinhar que essas lideranças não surgem por indicações dos agentes pastorais (padres, por exemplo), mas da prática da comunidade nos encontros das CEBs. Diante disso,

[...] é a própria comunidade que se exprime através de alguns de seus membros, sem que estes se destaquem dela. Essa liderança nada tem a ver com o modelo de "líder" apresentado nos manuais de dinâmica de grupo. É uma liderança mais coletiva que pessoal, [...], mais representativa da base (BETTO, 1986, p. 11).

A partir da realidade prática, essa formação não ocorre simplesmente pela participação dos sujeitos na comunidade, mas demanda momentos de reflexão e de distanciamento crítico em relação à prática, momentos nos quais a atividade pastoral ganha bases teóricas. Caso não exista essa reflexão sobre as ações, a liderança pastoral não consolida a visão

global do seu trabalho e nem apreende o projeto histórico do seu grupo. A capacitação é um dos instrumentos pedagógicos que favorecem o amadurecimento das lideranças pastorais, o que não significa “oligopolizar” os representantes de base, isto é, criar um subgrupo de membros seletos acima dos seus iguais, nem significa distanciar-los do seu contexto originário (BETTO, 1986). A função desses treinamentos é engendrar espaços necessários para que as comunidades se expressem, avaliem suas ações, analisem suas trajetórias e planejem suas ações. Daí que esses treinamentos devem ser permanentes.

O trabalho pastoral das CEBs cria outra consciência: a consciência coletiva sobre o fato de que a libertação popular só se efetiva quando as classes subalternizadas conseguem assumir seu destino. De acordo com Frei Betto (1986), a liberdade e a autodeterminação devem ser um feito dos próprios segmentos populares organizados. Sem isso, o que há é somente uma mudança das pessoas que exercem a opressão, sem uma transformação efetiva da natureza do poder. O autor ainda coloca que, no começo das CEBs, ao longo do contato com os setores populares, os agentes pastorais que provinham da classe média e/ou dos quadros eclesiais da Igreja Católica logo perceberam como eram impositivos e colonialistas em relação aos fazeres e saberes comunitários. Em geral, esses agentes religiosos e dos órgãos públicos assistencialistas julgavam os grupos populares como “coitados”, carentes e ignorantes, enquanto acreditavam que, graças à sua intervenção, iam retirá-los da situação de

penúria. Achavam que iam ensiná-los o que realmente era bom para eles.

No entanto, na realidade, o que se dava era o oposto. Os agentes externos se percebiam como possuidores de um saber excessivamente acadêmico e com uma postura autoritária. Por meio do silêncio dessas comunidades nas reuniões ou na lida das roças, dos movimentos sociais, das greves, das hortas comunitárias e dos mutirões, eles aprendiam que o povo não era destituído de conhecimentos nem de modos de fazer eficazes para o seu dia a dia. Os que chegavam acreditando que apenas iam ensinar acabavam aprendendo. Portanto, para Frei Betto (1986, p. 12), “[...] é preciso que nos reeduquemos ao pretender educar as classes populares. É preciso despojarmo-nos das categorias acadêmicas e dessa erudição europeizada, cartesianamente destilada em conceitos precisos”. O real não é o que está abstratamente na mente dos agentes públicos e dos membros do clero, mas está no cotidiano das comunidades populares, no trabalho, nas relações sociais e familiares, nas crenças, nos momentos de lazer, nas discriminações sofridas, na luta pela lavoura de subsistência e nas resistências às inúmeras opressões.

Com isso, a Pastoral Popular busca desenvolver uma relação dialética com as bases comunitárias, sendo um dos fatores mais cruciais dessa relação o surgimento de uma nova pedagogia de inserção e envolvimento com as classes populares. A tradição política institucional do Brasil veio sendo basicamente elitista, na qual indivíduos privilegiados acreditam ser possível elaborar projetos sociais que sejam adequados ao

povo sem sequer consultá-lo. Assim, um elemento importante para a Pastoral Popular é a descoberta de que a conscientização acontece na medida em que as teorias correspondem às ideias, e não o inverso. Na interação do agente com suas bases, ambos se educam, como mostrou Paulo Freire (1987) no livro *Pedagogia do oprimido*. Nessas condições, o povo sai da situação de conceito abstrato e os agentes abandonam a pretensão de possuir toda a ciência capaz de tirá-los passivamente daquele lugar de exploração. Esse processo se dá pelas próprias ações dos sujeitos, que se conscientizam de sua condição e das amarras estruturais que os aprisionam e passam a se enxergar como capazes de alterar sua história.

Finda aquele estereótipo idílico do povo visto como folha de papel em branco, pronta para ser escrita por aqueles sábios e/ou tecnocratas, que irão, assim, mudar a vida da comunidade. Para Frei Betto (1986), os discursos religiosos nas CEBs possuem o mesmo caráter impactante transgressor que possuíam as palavras de Jesus e a comunidade primitiva de apóstolos que o seguia. Para ele, o cristianismo necessita de resgatar os componentes fundamentalmente libertadores e transformadores do genuíno discurso evangélico de Jesus. Na experiência apostólica descrita no Novo Testamento, o filho de Deus em nenhum momento se aliou aos poderosos buscando convertê-los ingenuamente e acreditando que, com a conversão das classes dominantes, aconteceria a transformação social. Jesus optou pelos oprimidos, pelas classes populares, e foi daí que veio grande parte de seus apóstolos.

No que concerne aos aprendizados com outros movimentos sociais, os participantes e agentes das CEBs aprenderam sobre relações de gênero e dominação da mulher na sociedade com o movimento feminista; aprenderam sobre racismo e discriminação com o movimento negro e com o movimento indígena; aprenderam sobre agricultura familiar e de subsistência, não voltada para o *agrobusiness*, com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), com quem aprenderam também sobre a distribuição justa e ética da terra. Em resumo, a educação popular posta em prática por diversas iniciativas, dentre elas, as CEBs, procura neutralizar as contradições socioeconômicas do presente, motivando lutas contra o conformismo e tentando mostrar que, para existir, de fato, formação dos sujeitos, é necessário que as duas formas de educação (informal e formal) caminhem juntas. Em razão disso, é fundamental que disciplinas na graduação em Pedagogia e/ou nas licenciaturas direcionadas para a reflexão sobre os movimentos sociais integrem os vários ambientes educacionais e os componentes desses cursos.